

■ ROSÂNGELA BITTAR

Eleição Presidencial
Em praça pública

14 SET 1998

Enquanto a equipe econômica começa a semana de olhos fixos no termômetro de mercado para decidir se toma novas medidas ou se relaxa um pouco, o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria começar a sua de olho na sociedade. Veria, se desse um minuto de sua atenção, os cidadãos sendo tomados pela perplexidade. Provocada, sobretudo, pelo espetáculo de deterioração do governo, conduzido pelos principais e mais fortes homens de sua equipe.

Contenção da campanha de reeleição é o que menos importa neste momento. Pela sua própria natureza, a campanha já não era mesmo feérica. Com a crise econômica internacional, então, que ocupa o ânimo de todo o governo e mobiliza integralmente as ações do presidente, à parte não precisar a campanha da presença do candidato – pois uns atos servem aos objetivos de outros –, o quadro disponível do lado eleitoral não é incômodo para Fernando Henrique.

Isto não inclui, porém, além da sensação de desconforto e instabilidade que se começa a notar naqueles grupos de pessoas que, em comum, têm o fato de não serem ligadas ao mercado financeiro, as surpresas e sustos já registrados ultimamente nos próprios ambientes por onde circula o presidente. Aí deveriam estar o comando não só deste governo mas o controle do que se prepara para o próximo, caso o presidente seja reeleito, como quer.

Entretanto, não é o que se vê. O presidente tem insistido em duas teses nos últimos meses. Uma, é de que o país tem rumo. Outra, de que não sabe o que vai acontecer com todos nós, povo e país.

Estas questões colocadas como preliminares, aliadas às evidências de falta de rumo, descontrole, choques e precipitações que se têm visto no governo, se materializam em incoerência pura e em dados negativos que podem, queira ou não o candidato, que parece alheio a isso, ser percebidos pelo eleitorado.

Mesmo antes de encerrada esta travessia de 15 dias até a votação em que o presidente deposita esperança de vencer.

Está agora, antes da eleição, escancarada a luta dentro do governo pelo comando da cabeça e das decisões do presidente nos próximos quatro anos. O que há de diferente hoje em relação às disputas internas de antes é que os que dela participam nem quiseram esperar o fim da campanha eleitoral.

Ou porque a vitória é praticamente certa, ou por outro motivo mais distante ainda da razão – como uma eventual mudança para o campo da oposição logo mais – o ministro da Saúde, José Serra, gritou contra os cortes feitos no orçamento da sua área, tanto para este como para o próximo ano. Pior ainda, deixou refrescadas

Está agora, antes da eleição, escancarada a luta pelo comando das decisões do presidente nos próximos quatro anos

as memórias a respeito de pedido de demissão permanente que tem na mesa do presidente. Afinal, está em lugar que não deseja e sentindo na pele a prevalência das idéias dos que considera seus inimigos.

Se é verdade que o corte agora foi pequeno, e um Conselho Fiscal foi criado para cortar mais e mais de forma permanente, numa política restritiva de gastos aprovada pelo presidente da República, não deveria o ministro da Saúde, que continua no governo, segurar seu ímpeto e suas ameaças de demissão e acertar seu rumo com o presidente?

Não poderia, também, o ministro Pedro Malan, da Fazenda, ter comunicado a ação aos ministros atingidos da mesma maneira que comunicou-a ao presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães? Não estando na vala comum do Ministério e pelas discordâncias já históricas do modelo econômico em vigor, Serra merecia tratamento especial, mas poderia ter se contentado com o coletivo, quem sabe, se tivesse existido.

Não é edificante para o governo também a luta do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, para mudar o modelo aplicado à gestão da economia ainda antes das eleições de 4 de outubro, pressionando o próprio presidente que, convidado a falar sobre o assunto, deu uma suposta palavra final a respeito de quem é que manda, agora.

E, pior: para alcançarem seus objetivos e terem as rédeas, a qualquer preço, de imediato, os grupos em guerra não vacilam em sacrificar o próprio presidente em conquistas que mais preza. Como, por exemplo, demonstrar que ele não sabe das coisas e não manda. Foi o que aconteceu claramente esta semana. Entre outras máximas Fernando Henrique faz questão de sempre repetir que é o comandante em chefe da economia. O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, porém, se sentiu forte e absoluto o suficiente para só avisar ao presidente sobre o aumento de cinquenta por cento nos juros no mesmo instante em que avisava à imprensa. E houve quem se apressasse a reportar, em público, esta prova de fraqueza vivida em particular pelo presidente.

Ou estes homens estão seguros e convictos de sólida vitória em primeiro turno e passaram logo à disputa do espaço seguinte, não tendo o presidente conseguido contê-los, ou a eles já não importa o que vai atingir ou não o governo e o presidente porque se sentem fora do barco.

Só isso justifica – ou talvez nem isso – este dilaceramento do governo em praça pública e esta súbita aproximação com a instabilidade política com que têm sido brindados os cidadãos nos últimos dias. E é por isso que se cria a expectativa de uma meia-volta do presidente em direção à sociedade.